

V Encontro Nacional sobre o Ensino de Sociologia na Educação Básica

23 a 25 de julho de 2017

Grupo de Trabalho: (GT03) CULTURAS JUVENIS NA ESCOLA

Título do Trabalho: Vida escolar de jovens vítimas de homicídios na cidade de

Fortaleza

CAMILA HOLANDA MARINHO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ - UECE

Considerações iniciais

O cotidiano das regiões pobres e periféricas das grandes cidades é marcado pela presença constante de notícias sobre homicídios ou mortes violentas. Podemos considerar diversos elementos analíticos para compreender essa tendência nas localidades pobres, como a circulação de armas, os conflitos interpessoais e intergrupais, a descrença na eficácia dos operadores da segurança pública, assim como as péssimas condições dos serviços públicos de saúde e educação, de assistência jurídica, de saneamento básico e moradia, que produzem uma percepção de que há um descaso com a vida dos moradores dessas regiões, o que fragiliza a crença em outras formas de se viver que não seja um viver arriscado e perigoso.

Nos bairros pobres, é comum as mortes violentas ocorrerem em vias públicas, ficando os corpos expostos por longo tempo à comunidade. A família é rapidamente comunicada por conhecidos que presenciaram o ocorrido ou que estavam passando pelo local e perceberam que conheciam aquele corpo estendido no chão, quando não escutam o tiro que ceifou a vida de um ente familiar. A demora da chegada da polícia e dos procedimentos de registro de ocorrência, além da lentidão da equipe do Instituto Médico Legal (IML), possibilita que os olhares curiosos de crianças e da população acompanhem todo aquele processo violento, que surpreende cada vez menos pelo fato de ser praticamente diário. Os repórteres dos programas policiaiscos também são atores que compõem esse cenário. Eles noticiam não só o ocorrido, mas expõem as dores de seus familiares, o comportamento da população frente ao homicídio e até julgam os motivos e sentidos, atribuindo e alardeando vereditos precipitados. Afinal, a história precisa ser vendida e dar audiência para os programas de rádio e TV. Portanto, junto às mortes violentas, vidas e sentimentos incluídos na cena pública de forma perversa e constrangedora.

Vidas encerradas precocemente apontam as particularidades sociais de crianças e adolescentes pobres urbanos, circundados por um universo de condições que marcam trajetórias possíveis – ou impossíveis – de serem alcançadas. Michel Wieviorka (1997) aponta que os novos contornos da violência contemporânea estão marcados por sentimentos de raiva e frustração frente às formas de exclusão social e desprezo cultural e racial a que

determinados grupos sociais estão sujeitos. Em se tratando do contexto infantojuvenil, essa visualização é facilmente notada. Para o autor:

Não é mais a luta contra a exploração, a sublevação contra um adversário que mantém com os atores uma relação de dominação, e sim a não relação social, a ausência de relação conflitual, a exclusão social, eventualmente carregada de desprezo cultural e racial, que alimentam hoje em toda parte do mundo, inclusive na Europa Ocidental, condutas amotinadoras ou uma violência social mais difusa, fruto da raiva e das frustrações (1997: 07).

Problemas de desigualdade e exclusão social não são temas da modernidade. Suas formas e expressões é que apontam novos sentidos e produzem novos atores. Atualmente, a dimensão econômica, simbolizada pela dificuldade de inserção no mundo do trabalho, se configura como uma das principais formas de exclusão social. Elimar Pinheiro do Nascimento (2000) aponta que as diferentes formas de exclusões acontecem por causa de um processo simultaneamente econômico (expulsão do mundo do trabalho), cultural (não reconhecimento ou negação dos direitos) e social (rupturas de vínculos comunitários), que leva à formulação de grupos de indivíduos “desnecessários economicamente”, “incômodos politicamente” e “perigosos socialmente”. Para Nascimento (2000), esses indivíduos não possuem um lugar e podem ser “fisicamente eliminados”, sem que o desaparecimento de seus corpos seja sequer percebido. Essas significações sociais estão relacionadas às notícias cotidianas sobre os homicídios na adolescência.

Feitas essas rápidas considerações iniciais, a partir de agora o objetivo deste texto é apresentar o perfil de adolescentes que foram assassinados em Fortaleza, capital do Estado do Ceará, e sua trajetória escolar. É importante destacar que as mães representam a maior parte das narradoras entrevistadas no trabalho de campo realizado para esta pesquisa. Contudo, outras narradoras foram às irmãs, avós e alguns poucos pais. No total a pesquisa investigou 07 municípios (Sobral, Juazeiro do Norte, Caucaia, Maracanaú, Horizonte e Eusébio), aqueles com maior número de homicídios de adolescentes na faixa etária de 10 a 19 anos ocorrido no ano de 2015, sendo 146 questionários aplicados na cidade de Fortaleza. No quadro geral da pesquisa foram aplicados 263 questionários.

É importante destacar que apesar das singularidades culturais, políticas e econômicas de cada cidade, a capital do Estado, Fortaleza, possui características sobre o fenômeno muito similares aos dos demais municípios. Um ou outro dado apresenta uma diferença notável. Com isso, optamos em destacar os dados de Fortaleza, tendo em vista que também foi à cidade com maior número de questionários aplicados.

Proponho trazer para o debate questões relativas à vida escolar de jovens vítimas de homicídios na cidade de Fortaleza no Ceará. Observa-se de imediato que ao analisarmos o perfil desses jovens, perceber como essas mortes possuem um recorte claramente desigual, visto que, majoritariamente são jovens de 17 anos, do sexo masculino, pardos e negros e moradores dos bairros pobres da cidade. Suas vivências escolares são norteadas por situações de inclusão precária, mas, por outro lado, sinalizam experiências escolares comuns a outros grupos de estudantes. Com isso, os desafios educacionais e escolares repercutem na trajetória de vida desse grupo social, no qual a pesquisa de campo constatou que a escola é uma instituição que pouco participa das sociabilidades dos jovens com mortes precoces e anunciadas. Portanto, qual papel ela teria na prevenção dos homicídios de jovens no Brasil?

Retratos e narrativas sobre homicídios na adolescência.

Quem são os adolescentes que foram assassinados em Fortaleza e demais municípios do Estado do Ceará nos últimos anos? Como era a sua convivência familiar e comunitária? Eles frequentavam escolas, os projetos sociais, postos de saúde? Como se divertiam? Eles namoravam? iam à praia, a praça, a festas? Essas são algumas questões que nortearam a referida pesquisa. Uma tentativa de contar uma parte de suas histórias de vida e revelar como existe uma rede de relações afetivas por trás das histórias violentas e estigmatizadoras tão marcados em suas vidas, especialmente, por aqueles que preferem não ouvir e não entender suas trajetórias como filhos (as), irmãos (as), namorados (as), netos (as) e amigos (as) de demais pessoas que sentem profundamente as suas mortes.

Dos 146 familiares entrevistados em Fortaleza, 97,26% tiveram um adolescente do sexo masculino assassinado e 2,74% do sexo feminino¹. Eles identificaram que 56,16% eram pardos, 31,51% brancos, 9,59% negros, 1,37% amarelo, 1,37% ignoraram a identificação racial e nenhum disse que eles eram indígenas. As famílias declararam que a crença religiosa dos jovens² era a religião evangélica/protestante em 48,63% das respostas, seguidos da religião católica com 27,40%. Sobre a opção “sem religião, mas acreditava em Deus” foi a opção destacada em 21,23% dos casos e apenas 1,37% alegaram que o jovem “não acreditava em Deus”. Sobre os documentos, 97,26% possuíam Registro Geral (RG); 94,52% Certidão de Nascimento; 52,74% possuíam Cadastro da Pessoa Física (CPF); 20,55%, Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ; 17,12%, título de eleitor, 9,59% Certificado de Reservista e 2,05% possuíam Carteira Nacional de Habilitação (CNH). No momento de suas mortes, os adolescentes tinham 17 anos de idade, em 34,93% dos casos; 18 anos em 26,71%; e 16 anos em 17,12%.

Ao falarmos sobre a adolescência, é importante destacar o fator geracional e as condições culturais emanadas pelos processos de socialização próprios desse grupo social. Suas formas de conviver com o outro em sociedade compõem códigos diversos e formas diferentes de incorporar, perceber e apreciar os modos de vida juvenil. Existe uma construção no imaginário coletivo de que há um “caráter fronteiro” na adolescência, pois não são eles crianças nem adultos, imaturos nem maduros, irresponsáveis ou responsáveis por seus atos, sentimentos e vidas. Essa visão produz uma percepção estigmatizadora que nega a existência de uma marca identitária para a adolescência. Fazendo um recorte de classe, percebe-se como os desafios são mais perversos, pois há uma segregação não só econômica como racial que condena o grupo à exclusão social, expressa pelos descomunais índices de vítimas de homicídios na adolescência; pelos indicadores de exclusão ou atraso escolar; pela limitações de sua inclusão no mundo do trabalho e por suas presenças em cenários marcados por situações de

¹ Nos outros municípios, apenas Sobral registrou 03 casos de adolescentes do sexo feminino que foram assassinadas. Nos demais, foram todos do sexo masculino.

² Religião católica se destacou nos demais municípios: em Juazeiro do Norte, 76% afirmaram que os adolescentes eram católicos, em Sobral 75%, em Eusébio 62%, Caucaia 53% e em Horizonte 44%. Já em Maracanaú, 35,71% disseram que os adolescentes eram da religião evangélica.

violência em seus diversos formatos. Portanto, para os jovens os desafios são mais acentuados na busca de uma possibilidade de sobreviver em meio a uma sociedade cada dia mais excludente e violenta.

Sobre a convivência familiar e comunitária dos (as) adolescentes.

Familiares dos adolescentes alegaram que 92,47% deles eram filhos de pais biológicos e 7,53% eram filhos (as) de pais adotivos. Sobre a filiação registrada em certidão de nascimento, 78,08% possuíam filiação materna e paterna, 19,86% apenas a materna e 1,37% a filiação no nome dos pais adotivos. Os (as) adolescentes assassinados (as) foram criados (as), na maior parte dos casos desta pesquisa, por seus pais biológicos (72,6%). Os demais adolescentes: 19,85% por avós (os), tias (os) e irmãos (os) e 2,74% por pessoas que não eram de suas famílias. Foi dito pelas entrevistadas que 55,48% das mães ficaram grávidas do (a) adolescente e de um (a) irmão ainda (a) na adolescência.

Quando questionadas se os jovens conheciam seus pais, as entrevistas disseram que 92,47% dos (as) adolescentes conheciam sua mãe e seu pai, 60,27% conviviam com os dois, 32,19% só com a mãe e 2,74% só com o pai. Os motivos relacionados a não convivência com um dos pais dizem respeito à morte de um dos pais em 9,59% das respostas, e em 4,79% dos casos ocasionado por algum tipo de conflito com a mãe ou com o pai. Os familiares afirmaram que em 74,66% dos casos a convivência entre os irmãos ocorria com muita proximidade, enquanto, 6,85% disseram que era conflituosa margeada por desentendimentos. Portanto, nota-se que há uma convivência familiar entre mães, pais e irmãos que precisa ser reconhecida no campo dos direitos, dos afetos e de suas qualidades e realizações, ao pensar as políticas públicas e sociais destinadas às famílias que estão vulneráveis às situações e cenário de violência.

Sobre a escolaridade da mãe e do pai – anunciados como os responsáveis pelos (as) adolescentes – o ensino fundamental incompleto foi à resposta mais apontada, sendo a escolaridade de 48,84% das mães e 41,38% dos pais. No entanto, 10,88% das mães alegaram ser analfabetas e 10,34% dos pais. Os que concluíram o ensino médio são: 10,08% das mães e 13,79% dos pais. Os índices mais baixos se referem à conclusão do ensino superior

cursado por 2,33% das mães e 1,72% dos pais. Observamos que as escolaridades de mães, pais e filhos assassinados não se diferenciam muito. Portanto, em diferentes gerações, a escola já não aparece como uma instituição que faz parte da vida cotidiana de famílias pobres que utilizam o sistema de ensino público. Ou seja, não houve um incremento do grau de escolaridade entre os adolescentes assassinados, em relação à de seus pais. É igualmente importante destacar que as desmotivações escolares geracionais são diferenciadas, mas seja na vida de seus pais ou dos adolescentes, questões estruturais, como a precariedade do ensino escolar público e a entrada precoce no mundo do trabalho, são fatores que coincidem entre as gerações.

Ainda sobre a responsabilização e cuidado, convém destacarmos as formas de conviver/habitar/morar dos adolescentes vítimas de homicídios. Percebemos que esse tripé está intrinsecamente interligado e são basilares para uma convivência familiar protetiva. Não se deve negar que os conflitos familiares são situações em que as famílias, de modo geral, atravessam, mas conflito não é sinônimo de violência. São esperadas, são previsíveis diversidades das formas de pensar e agir, mesmo em um contexto familiar que busca a semelhança entre seus pares. Quando há dificuldade em conviver com as diferenças é que esse confronto pode se materializar em uma manifestação de violência física, psicológica ou simbólica.

Mulheres com “duplas” e até “triplas” jornadas de trabalho constroem a si mesmas e às suas concepções sobre o mundo e sobre suas vidas no desempenho diário das funções sociais exigidas pela condição que assumiram. Cabe a elas, e muitas se autoproclamam as responsáveis pelos filhos e demais familiares, bem como pela renda da casa, ou seja, assumir um encargo exclusivo por suas famílias. Com isso, a “culpa materna” ganha contornos diferentes, se acentuando cada vez mais, pois são elas que geralmente acompanham a vida escolar dos filhos, os cuidados com a saúde, os conflitos entre irmãos, os conflitos com a comunidade, compram a comida, as roupas, pagam o aluguel, enfim, assumem a responsabilidade afetiva e financeira de suas famílias. Os (as) entrevistados afirmaram que a mãe era a pessoa responsável pelo (a) adolescente em 85,62% das respostas, seguidos do pai (39,04%).

Sobre suas experiências no mundo do trabalho, foram revelados pelas entrevistadas que 79,45% dos (as) responsáveis pelo (a) adolescente, portanto, as mães, trabalhavam quando o (a) adolescente era criança, sendo que, no universo dos familiares que não trabalhavam (20,54%), os adolescentes ficavam sob a responsabilidade das mães (38,36%), das avós (30,82%) e das irmãs (10,96%). Quanto à renda familiar, os (as) entrevistados (as) revelaram que nas famílias dos adolescentes era a mãe (61,64%), o pai (34,93%) e a avó (22,60%) os principais responsáveis pelo sustento da família.

A renda mensal familiar era de um a dois salários mínimos em 67,12% das famílias e menos de um salário mínimo para 18,49% delas. Apenas 10,27% das famílias responderam ter renda superior a dois salários mínimos. Sobre os benefícios sociais e aposentadoria, 67,12% recebiam o bolsa família, 30,14% dispunham de aposentadoria, 10,27%, pensão por morte. O Programa Bolsa Família se destaca como uma política significativa do sistema de proteção social do Brasil, especialmente para a vida das mulheres que recebem e administram a renda de suas famílias.

Com a crise no modelo familiar patriarcal como uma realidade que se evidencia na contemporaneidade, a figura paterna parece ocupar outros lugares no universo de significações e sentidos de família, na qual mulheres são as “chefes de família” ou responsáveis pelo sustento e cuidado do seu lar. Concepções românticas sobre a figura do pai participativo e presente já foram superadas por muitas mulheres. Cabe ao pai, então, não o papel exclusivamente do provedor, mas, essencialmente, de cuidador e educador de seus filhos. Visões construídas a partir de um fazer cotidiano reconhecido por responsabilidades e cuidados mútuos, tanto às funções de pais quanto às funções de mães, em posições que são desempenhadas concomitantemente, vêm se fazendo fundamentais para a convivência familiar de crianças e adolescentes, assim como para a proteção de suas vidas.

(Sobre)vivências escolares

A educação é um processo pelo qual tipos de conhecimentos e habilidades são transmitidos para que as pessoas possam compreender os valores comuns de uma sociedade que congregam indivíduos diferentes

formas de pensar e de se comportar. A escola³ torna-se uma importante instituição social com o papel de educar as crianças e jovens, em concomitância com as lições, normas e valores dados pelas famílias. No entanto, o papel da escola vem sendo debatido com muita frequência, especialmente as questões sobre a grade curricular, o conteúdo das informações, o papel dos professores, a importância de novos profissionais em seus quadros, como os assistentes sociais. A escola pode ser um espaço privilegiado de expressão, criação e reflexão sobre valores e ideias de uma sociedade, tornando-se um espaço de formação do indivíduo, não mais apenas de informação. A escola e o trabalho pedagógico por ela desenvolvido só poderiam ser compreendidos, na perspectiva dos sociólogos Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron (1993), quando relacionados ao sistema das relações entre as classes. A escola não é uma instância neutra que transmite uma forma de conhecimento que avalia os alunos a partir de critérios universalistas, mas, ao contrário, seria uma instituição a serviço da reprodução e legitimação da dominação exercida pelas classes dominantes.

A reprodução e legitimação das desigualdades sociais propiciadas pela escola resultam na valorização e cobrança, não apenas, do domínio de um conjunto de referências culturais e linguísticas, mas, também, um modo específico de se relacionar com a cultura e o saber. Ou seja, para Bourdieu e Passeron (1993), nas avaliações formais ou informais exige-se dos alunos muito mais do que o domínio do conteúdo transmitido, mas uma destreza verbal e um brilho no trato com o saber e a cultura que somente aqueles que têm familiaridade com a cultura dominante podem oferecer. Portanto, os mais pobres ficam em desvantagem. Em uma sociedade hierarquizada e injusta como a nossa, não são todas as famílias que possuem a bagagem culta e letrada para se apropriar e se identificar com os ensinamentos escolares. Nesse sentido, o sistema de ensino que trata a todos igualmente, cobrando de todos o que só alguns detêm, não leva em consideração as diferenças e base determinadas pelas desigualdades de origem social e cultural.

³ É claro, para nós, que a educação é conceito de maior abrangência do que a escolaridade, incluindo a educação não formal, a educação para a cidadania, a profissionalização, essas últimas nem sempre presentes nas vivências escolares.

Os desafios que a educação e a escola apresentam repercutem na trajetória escolar do grupo de adolescentes investigados nesta pesquisa. Sobre suas vidas escolares, em Fortaleza, 52,05% tinham o ensino fundamental II incompleto e 10,27% o ensino médio incompleto. Considerando que aos 17 anos, os adolescentes, em um ciclo escolar regular, deveriam cursar o ensino médio, observa-se como a escola é uma instituição que pouco participa da vivência juvenil dos adolescentes com mortes precoces e anunciadas.

Eles (as) frequentavam a escola no horário da tarde (46,58%), ademais, 26,71% iam de manhã e 24,66% durante a noite⁴. No ano de seu falecimento, em Fortaleza, 25,34% estavam frequentando a escola, mas 35,62% estavam afastados entre 2 e 3 anos, e 37,67% não mais a frequentavam há menos de 1 ano.

Segundo seus familiares o que fez com que eles (as) parassem de frequentar a escola foi: 53,42% por desinteresse, 16,44% em virtude do consumo de drogas e 8,9% por conta do início de um trabalho. Portanto, adolescentes que se afastam da escola alegando desinteresse é um tema que gestores e professores precisam ficar atentos, além dos familiares. O que faz com que a escola afaste os jovens? Os conteúdos? As rotinas? As perspectivas de futuro que a formação escolar pode proporcionar? O que fizeram os familiares em virtude do abandono escolar? A reação alegada pelos familiares sobre a desistência de estudar foi: 54,11% disseram que conversaram com o (a) adolescente sobre as consequências de sua saída, 32,19% brigaram com ele (a), 24,66% tentaram matricular em outra escola. Sobre a localização da escola, a maior parte das famílias responderam que ela ficava no próprio bairro (84,25%) e que os jovens iam a pé (76,71%).

Ao longo de suas vidas escolares, os (as) adolescentes vivenciaram, de acordo com seus familiares, situações como reprovação (46,58%), conflitos com professores e gestores da escola (23,29%), agressões físicas (16,44%), transferência por solicitação pessoal (16,44%), e transferência por indisciplina (15,07%). Em 80,14% dos casos, seus familiares afirmaram não terem tido dificuldades em realizar a matrícula escolar, mas, quando tiveram os motivos foram por falta de vaga (8,22%) e por discriminação ou preconceito em

⁴ Apesar do período da tarde ter sido o mais citados entre as cidades, em Sobral, 40,54% frequentavam a escola no período da manhã e em Maracanaú, 42,86% à noite.

(3,42%). Os familiares também responderam questões relativas ao acompanhamento escolar do adolescente e, ao serem inquiridos, eles responderam que frequentavam as atividades escolares nas reuniões de pais (84,25%), em dias de entrega de boletins (79,45%), quando eram convocados pela coordenação/direção (60,27%) e em eventos comemorativos (56,16%). Apenas 4,79% dos familiares declararam que não acompanhavam a vida escolar do (a) adolescente. Sobre a frequência em creche, 65,07% dos (as) adolescentes não frequentaram, 28,08% frequentaram creches públicas e 2,74% creches particulares. Isto posto, o acompanhamento familiar da vida escolar dos jovens é imprescindível, pois ambas seguem a mesma direção em relação aos objetivos que desejam atingir: formar pessoas capazes de enfrentar a complexidade de situações que surgem na sociedade. As respostas dos familiares indicam a sua participação na vida escolar dos adolescentes, bem como apresentam formas ativas daqueles quando do abandono da escola pelos adolescentes.

Comentários finais

Muitas vozes, que ecoam por ruas e casas nas periferias de diversas cidades do Estado do Ceará e do Brasil, alardeiam a dor da perda por assassinato de uma pessoa por quem se tinha amor. Esse acontecimento, muitas vezes, ocorre na frente da casa de adolescente, quando não, dentro da própria casa ou em uma esquina próxima. Aquele corpo estendido no chão é de um(a) adolescente que, em sua maioria, residia com seus familiares, brincava na infância com seus irmãos e vizinhos, namorava, frequentava festas juvenis no bairro e comemorações familiares. Muitos tinham inscitos em tatuagens os nomes de suas mães e pais, um desenho de uma figura religiosa, uma frase com dizeres de coragem e esperança em uma vida diferente da que viviam. Em sua maioria, tinham abandonado a escola por desinteresse há mais de 1 ano. Pararam na 5ª ou 6ª série quando já poderiam estar concluindo o ensino médio. Acessavam a internet de seus telefones, possuíam documentos, trabalharam de forma eventual no comércio ou em serviços da construção civil. Bebiam e fumavam. Não foram atendidos pelo conselho tutelar, CREAS, Juizado ou Defensoria Pública. Conversavam com suas mães sobre seus problemas pessoais. Conviviam com seus pais. Suas casas eram apertadas e

possuíam os eletroeletrônicos e domésticos comuns em muitas residências brasileiras.

Suas trajetórias de vida não foram tão inusitadas como pensam o senso comum e a grande mídia brasileira. O que é espantoso são os índices de homicídios desses jovens e a indiferença de uma parcela grande da população com suas vidas, além da ineficácia ou inexistência de serviços públicos de atendimento, proteção e educação. E se o acesso a armas no Brasil não fosse tão fácil? E se o tráfico de drogas não matasse tantas pessoas residentes das periferias? E se a escola fosse interessante para eles? E se tivessem cultura, arte e esportes nos bairros? E se as mães não levassem tanto tempo para se deslocarem para seus trabalhos? E se os pais não tivessem atividades profissionais precárias e instáveis? Então, qual seria o desfecho das histórias de vida de muitos adolescentes brasileiros (as) e de suas famílias? Diferente, certamente, pois é urgente que os governamentais e os moradores dos espaços privilegiados das cidades entendam que “cada vida importa”.

Referências bibliográficas

BOURDIEU, Pierre & PASSERON Jean-Claude. (1993). **A reprodução:** elementos para uma teoria do sistema de ensino. 6ª. edição. Petrópolis, RJ: Vozes.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro. (2000). Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários. *In:* BURSZTYN, Marcel (org). **No meio da rua:** nômades, excluídos, viradores. Rio de Janeiro: Garamond.

WIEVIORKA, Michel. (1997). **O novo paradigma da violência.** *In:* Tempo Social; Revista de Sociologia da USP, São Paulo 9(1): 5-41, maio de 1997.